

## **A RENDA RENASCENÇA: UMA ARTE EM CULTURA, ESTADO E POLÍTICAS PÚBLICAS**

Fabiana de Miranda Silva; Andreyra Dessoles Marques; Romário Lustosa de Oliveira;  
Sabrina Belmiro Lucas; Joel Carlos de Souza Andrade.

*UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA – UEPB; fabi\_cg@msn.com*  
*UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA - UEPB; dreyadessoles@yahoo.com.br*  
*UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA - UEPB; romariolustosa@hotmail.com.br*  
*UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA - UEPB; sabbrina\_belmiro@hotmail.com*

**RESUMO:** O trabalho percorre um caminho reflexivo acerca da Renda Renascença realizada pelas rendeiras da região do Cariri Paraibano. Entendendo a renda enquanto uma arte, um produto de representação cultural, tendo em vista a presença e/ou ausência de parceria com o Estado e políticas públicas. Discute a questão levando-se em conta a complexidade dessa relação entre Estado e sociedade civil. Como se desenvolve e se instrumentaliza com vistas ao “desenvolvimento”. A metodologia teve como pressupostos para sua realização um trabalho de exploração bibliográfica, tendo como fontes de pesquisa artigos, dissertações, assim como também os recursos da Web, a partir da consulta de sites que tratam do tema, tendo como objetivo, desvendar, recolher, analisar informações e conhecimentos prévios sobre o assunto, tendo em vista a pesquisa encontrar-se em andamento e ainda em fase inicial.

**PALAVRAS CHAVE:** Renda Renascença, Estado, Cultura, Políticas públicas, Cidadania.

A Renascença é um artesanato feito com linha, agulha e lacê. Este último é uma fita fina com furos pequenos nas laterais. É ele que sustenta a trama tecida com os pontos e forma um bordado delicado. Tecer uma Renascença exige paciência, concentração e talento. Foi na Europa, provavelmente na Itália no século XVI, que a Renascença nasceu. A história mais conhecida sobre sua chegada ao Brasil é a de que ela foi trazida por freiras estrangeiras que nos conventos, ensinavam a arte da renascença a outras mulheres que a teriam introduzido no país no século XX. De acordo com Almanaque da Renda e das Mulheres Rendeiras, *Pontos e Histórias: Renda Renascença e Mulheres Rendeiras*, criado pela parceria entre o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA) e a Agência Espanhola de Cooperação Internacional (AECID); “nas mãos das mulheres do semiárido nordestino, a Renascença foi ganhando características da cultura brasileira” (FUNDO, 2017, p. 31).

E nesse sentido, entendemos que “a cultura é um segmento finito do discurso infinito e destituído de sentido próprio do mundo, a que o pensamento conferiu – do ponto de vista do homem - um sentido e uma significação” (WEBER *in*: COHN, 1982, p. 97). Esse lugar de muitos saberes e formas diferentes de dizibilidades fazem dessa arte um lugar de preservação da história, de memória (NÓBREGA, 2005), da cultura (FECHINE, 2013), da identidade e de

uma região. De mulheres que, a partir de uma dinâmica histórico-cultural, propiciam uma rede de interação dos seus saberes (FERREIRA, 2016).

Nessa perspectiva, a renda renascença representa, enquanto um produto de valor cultural, um patrimônio cultural. A importância dessa definição pode ser mais bem compreendida ao considerarmos o artigo 216 da Constituição Federal de 1988 que compreende o patrimônio cultural brasileiro como,

Os bens culturais portadores de referência à identidade, a ação, a memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem, entre outros, as formas de expressão, os modos de criar, fazer e viver e as criações científicas, artísticas e tecnológicas.

Podemos perceber através do Artigo 216 acima que a arte da Renascença pode ser percebida através de várias formas de expressão, nos modos de criar e recriar das rendeiras, de se fazer, e de ser dessa arte. “O conceito de Patrimônio Cultural, então, envolve, em grande escala, o feito humano atrelado a um contexto. Uma vez que todo o espaço ocupado pelo homem pressupõe uma atuação que significa a busca de sobrevivência e bem-estar”. (MARTINS, 2015, p. 187). Ou seja, para que conheçamos melhor sobre a cultura de um determinado povo, é importante levar em conta as especificidades dos lugares onde estão inseridos. Seus modos de interagir, de viver, de criar.

Dessa forma, após sua introdução e ensinamentos feitos no convento, a renascença foi se disseminando em direção ao Semiárido. Hoje, onze municípios são reconhecidos como os maiores produtores de Renascença no Brasil. São eles: Poção, Pesqueira e Jataúba, em Pernambuco; São João do Tigre, São Sebastião do Umbuzeiro, Zabelê, Camalaú, Monteiro, Prata, Congo e Sumé, na Paraíba. A rendeira da arte da renda Renascença Maria de Lourdes Souza de Oliveira, a Lurdinha, da cidade de São João do Tigre, região do Cariri do Estado da Paraíba, em depoimento dado ao almanaque *Pontos e Histórias*<sup>1</sup> afirma que “a renascença são dois braços abraçando tanto o lado humano quanto a arte” (2017, p. 19).

Se tentarmos interpretar as palavras de Maria de Lourdes, podemos considerar que a renda Renascença e a rendeira são a mesma coisa. Claro que a colocação da mesma é feita num tom de representação do objeto, nesse caso a Renascença sendo constituída em parte humana e a parte da arte, ao mesmo tempo em que apresentam uma existência individual, autônoma, se ajudam e se complementam. Mais que isso, se precisam.

---

<sup>1</sup> Disponível em: <http://www.iicabr.iica.org.br/wp-content/uploads/2017/06/Renda-Renascen%C3%A7a-Publica%C3%A7%C3%A3o.pdf>. Acesso em: 02 ago. 2017.

De acordo com o exposto, nos propomos questionar: e quem abraça a renascença? Ou seja, quais os lugares de cooperação, de parceria, de investimento nesse ser humano, nessa arte, nessa cultura enquanto bem de valor, já que o conceito de cultura é também um conceito de valor (WEBER, 1982, p.93). Nesse ser social que por apresentar e agregar tantos lugares toma proporção de público, além do privado. Nesse sentido há espaço para se pensar em ações de políticas públicas, ou seja, “o processo pelo qual são elaborados e implementados programas de ação pública isto é, dispositivos político-administrativos coordenados em princípio em torno de objetivos explícitos” (MULLER, 2004, p. 13). E, considerando, portanto a existência dessas políticas, e as ações do Estado como uma forma de representação das mesmas, então o Estado,

Podemos, entretanto, definir não pelo que ele é, mas pelo que faz. Nessa perspectiva, o estado é a instituição abrangente que a nação usa para promover seus objetivos políticos, ou, o instrumento por excelência de ação coletiva da nação ou da sociedade civil. (BRESSER-PEREIRA, 2008, p. 3)

Reconhecendo a presença de ações do Estado em relação a Renascença, e a compreendendo enquanto uma forma de política pública, dentre outras possibilidades existentes ao serem fomentadas por lugares outros diversos, nos remetemos à notícia veiculada pela Central de Notícias PROCASE<sup>2</sup> (Projeto de desenvolvimento sustentável do Cariri, Seridó e Curimataú) em julho de 2016 por parte do governo da Paraíba. Quando o então governador Ricardo Coutinho esteve na comunidade de Cacimbinhas, distrito de São João do Tigre, Cariri paraibano, para inaugurar o Centro de Comercialização e Produção das Rendeiras Porcina Francisca da Costa, financiado por meio do Projeto de Desenvolvimento Sustentável do Cariri, Seridó e Curimataú (Procase), ligado à Secretaria de Estado da Agricultura Familiar e Desenvolvimento do Semiárido.

A Casa das Rendeiras, como é chamada, tem cerca de 50 rendeiras cadastradas e recebeu investimento de R\$ 300 mil. E, segundo depoimento do próprio governador na central de notícias da PROCASE, “este dinheiro é para o povo trabalhador, para geração de renda. Temos um importante trabalho na Agricultura Familiar e iremos formar novos convênios a fim de beneficiar ainda mais esta área, que é uma política importante de inclusão produtiva”, afirmou o governador Ricardo Coutinho na ocasião da inauguração da casa das rendeiras, em maio de 2016. O investimento do Governo do Estado por meio do Procase junto às rendeiras

---

<sup>2</sup> Disponível em: <https://www.procase.pb.gov.br/single-post/2016/07/05/Renda-Renascent%C3%A7a-gera-trabalho-receita-visibilidade-e-empoderamento-%C3%A0s-artes%C3%A3s-do-Cariri>. Acesso em: 02 ago. 2017.

teria começado em 2014 com dois convênios no valor de R\$ 290 mil, que à época beneficiaram diretamente 73 readeiras da Coopetigre e da Arca.

Entretanto, a partir de depoimentos de readeiras, registrados no almanaque *Pontos e Histórias*<sup>3</sup>, podemos perceber que ainda não há uma satisfação quanto a essas ações já que,

Elas acreditam que seria importante um reconhecimento maior da região, por meio de políticas públicas de valorização da renda e do trabalho das artesãs. Desejam, dessa forma, participar ativamente das decisões sobre o uso e a priorização dos recursos, já que são elas que vivem a Renascença e conhecem bem as dificuldades que enfrentam para se dedicar a este ofício (2017, p. 71).

Será que temos um impasse? Uma contradição entre esses lugares de troca, de parcerias? Acreditamos que seja importante indagar “sendo o Estado um princípio de produção, de representação legítima do mundo social” (BOURDIEU, 2014, p. 30). O Autor propõe que as ações do Estado, assim como sua representação, são um reflexo dos consensos e conflitos do mundo social. Dessa maneira,

Se prolongarmos essa definição, podemos dizer que o Estado é o princípio de organização do consentimento como adesão à ordem social, a princípios fundamentais da ordem social, e que ele é o fundamento, não necessariamente de um consenso, mas de própria existência das trocas que levam a um dissenso. (BOURDIEU, 2014, p. 31)

Essas palavras de Bourdieu nos chamam a atenção para que não incorramos no erro de entender o Estado a partir do lugar do vilão, e a sociedade sempre como a vítima. Fazendo parecer que o Estado seja uma instituição de organização simples e estável, independente do tempo e espaço onde está inserido. Uma literatura em sobredeterminação, como ressalta o próprio Bourdieu.

E nesse sentido recorreremos ao autor Roque de Barros Laraia:

O importante, porém, é que deve existir um mínimo de participação do indivíduo na pauta de conhecimento da cultura a fim de permitir a sua articulação com os demais membros da sociedade. Todos necessitam saber como agir em determinadas situações e, também, como prever o comportamento dos outros. Somente assim é possível o controle de determinadas ações. (LARAIA, 1986, p. 43).

As considerações de Bourdieu e Laraia nos permite pensar a complexidade das políticas públicas, tendo em vista as relações entre as instituições diversas e suas arenas de poder e a sociedade civil. Já que desse embate de forças depende o sucesso dessas políticas públicas.

---

<sup>3</sup> Disponível em: <http://www.iicabr.iica.org.br/wp-content/uploads/2017/06/Renda-Renascen%C3%A7a-Publica%C3%A7%C3%A3o.pdf>. Acesso em: 02 ago. 2017.

E quanto à importância da representação social, o autor Eduardo César Marques afirma que,

Por representação da sociedade se pretende definir um conjunto de normas e valores sobre a sociedade inteira integrados ao modelo cultural e aos valores dominantes. Este referencial está diretamente associado a um certo projeto de sociedade, produzido a partir dos projetos dos atores hegemônicos na sociedade como um todo - os mediadores globais. Este conjunto de valores e normas não é de forma alguma neutro, mas está atado de forma indissolúvel às relações de dominação ali presentes. Como aquelas, o referencial global é múltiplo e contraditório, consistindo na verdade em uma hierarquia entre as diversas normas coexistentes na ordem social. Esta hierarquia é produto das relações de força entre os diversos grupos, atores e mediadores presentes no campo político. (1997, p. 85)

A partir da citação acima o autor nos faz entender que o Estado é fruto de toda uma estrutura que é composta pela presença de atores e mediadores dos campos sociais<sup>4</sup>, de agências<sup>5</sup> e arenas<sup>6</sup> de poder que permitem compreender as relações e ligamentos nos espaços sociais. Nesse sentido, Marques (1997), nos chama a atenção para a importância de refletir acerca da natureza do Estado e o papel dos atores na proposição, gestão, implementação e resultados das políticas públicas. Para isso ele destaca três atores: os capitais presentes na produção de cada política, os agentes estatais e as comunidades profissionais. Onde as estratégias e as alianças constitutivas da política só podem ser percebidas se levarmos em conta o “labirinto de ramificações e organizações estatais” (MIGDAL, 1994, p. 14).

Conforme salienta Marques (1997), não há fronteiras firmes entre o Estado, a sociedade e os atores. Pelo contrário, ele acredita existir uma natureza tênue das fronteiras entre Estado e sociedade. “Os Estados realmente são parte de sua sociedade, embora tenham características e natureza peculiares” (MARQUES, 1997, p. 92). As citações dos dois autores anteriores destacam que os valores e normas do presente na sociedade não são de forma alguma neutros. Assim como também que não há fronteiras firmes entre o Estado, a sociedade e os atores. Nesse contexto nos parece relevante pensar a situação da cultura nessa discussão, nesse embate de forças, arenas de poder diversos, de instabilidade política e econômica. Dessa forma,

---

<sup>4</sup> A noção do “campo social” evoca um quadro de espaços abertos, uma paisagem irregular com limites mal definidos, composto de distribuições de elementos diferentes a partir de princípios coletivos (GONZALEZ, 2014, p. 10).

<sup>5</sup> Portanto, “a agência (...) está encarnada nas relações sociais, e só pode ser efetiva através delas”. (tradução dos autores). Este mesmo autor agrega que: “a agência, então, implica a geração e uso ou manipulação de redes de relações sociais e a canalização de elementos específicos”... através de pontos nodais de interpretação e interação (GONZALEZ, 2014, p. 8).

<sup>6</sup> Quanto às “arenas”, estas são “espaços nos quais tem lugar as contendas entre diferentes práticas e valores”, buscando resolver as divergências nas interpretações de valor e entre os distintos interesses dos atores (GONZALEZ, 2014, p. 10).

A cultura de hoje é feita de *ofertas*, não de *normas*. Como observou Pierre Bourdieu, a cultura vive de sedução, não de regulamentação; de relações públicas, não de controle policial; da criação de novas necessidades/desejos/exigências, não de coerção. Esta nossa sociedade é uma sociedade de consumidores. E, como o resto do mundo visto e vivido pelos consumidores, a cultura também se transforma num armazém de produtos destinados ao consumo, cada qual concorrendo com os outros para conquistar a atenção inconstante/errante dos potenciais consumidores, na esperança de atraí-la e conservá-la por pouco mais de um breve segundo. (BAUMAN, 2010, p. 15)

O filósofo Zygmunt Bauman, na obra *Capitalismo Parasitário*, percebe a cultura como uma oferta, em meio a tantas outras disponíveis no mercado. O que nos fez pensar na situação da arte da Renascença nesse contexto, enquanto um produto de valor simbólico, um patrimônio cultural de um povo, de uma região, a partir de um lugar de identidade, de pertencimento. Como se mostrar interessantes em meio a tantos bens oferecidos?

François de Singly sugere justamente que as teorizações sobre as identidades de hoje fariam bem em abandonar as metáforas relacionadas a “raízes” e “desenraizamento” (posso ajudar, acrescentando a figura correlata do “desencaixe”), que pressupõem um ato único, definitivo e irreversível de emancipação individual da tutela da comunidade de nascimento, e sua substituição por imagens relacionadas a lançar e levantar âncoras. (BAUMAN, 2010, p. 17)

Bauman, ao considerar que a cultura é estimulada e administrada pelos mesmas forças que promoveram a emancipação dos mercados, criando uma relação não mais de pessoas a cultivar, mas principalmente de clientes a seduzir, destaca a contribuição de François De Singly (2003, p. 108). Este sugere uma reflexão acerca de como estão sendo tratadas as questões de pertencimento, de identidades enquanto vetor cultural em meio a um mercado que tem urgência em atender aos seus consumidores, e onde a cultura não é mais que um armazém de produtos em meio a outros a serem consumidos, segundo o autor.

Dessa forma, destaca a importância de se tratar da questão das identidades não mais a partir do que seria considerado como de uma identidade de “raízes” ou o contrário, “desenraizamento”. Mas buscar preservar essa identidade sem cristalizá-la, possibilitando abrir-se ao novo. “O entrelaçar entre continuidade e descontinuidade na história de todas as identidades contemporâneas, ou pelo menos de um número crescente delas.” (BAUMAN, 2010, p. 17).

E, pensando especificamente na arte da renascença a partir das questões tratadas anteriormente, acreditamos que,

Para uma melhor compreensão das políticas estatais no caso brasileiro devem ser estudadas principalmente as articulações entre os referenciais e mediadores setoriais encontrados em cada análise, os atores estatais relevantes e os capitalistas presentes

no setor e na sociedade. Em muitas oportunidades se chegará à conclusão de que existe complexa articulação entre eles (MARQUES, 1997, p. 94).

Essa reflexão de Marques na citação acima, feita mais diretamente para o Brasil, é muito pertinente, tendo em vista que “num contexto onde o Estado se isenta progressivamente de seu papel de garantidor de direitos, o mercado é oferecido como uma instância substituta para a cidadania” (DAGNINO, 2004, p. 106). Evelina Dagnino faz uma rica discussão sobre o significado de cidadania e sua ressignificação a partir da influência da política neoliberal. Segundo ela, há uma transferência da responsabilidade pública, bem público, para uma responsabilidade moral, em se tratando do que se entende como um ato de cidadania no contexto sócio econômico contemporâneo. Provocando o nascimento de uma “nova cidadania”. No entanto, nos propomos considerar como,

Um primeiro elemento constitutivo dessa concepção de cidadania se refere à noção mesma de direitos. A nova cidadania assume uma redefinição da ideia de direitos, cujo ponto de partida é a concepção de um *direito a ter direitos*. Essa concepção não se limita a provisões legais, ao acesso a direitos definidos previamente ou à efetiva implementação de direitos formais abstratos. Ela inclui a invenção/criação de novos direitos, que surgem de lutas específicas e de suas práticas concretas (DAGNINO, 2004, p. 104).

Partindo justamente dessa concepção de cidadania de Dagnino que ressaltamos o direito a ter direitos, destacando a existência de outros atores<sup>7</sup> e políticas públicas com iniciativas de apoio e valorização da produção da renda renascença promovida pela universidade através de projetos com o intuito de promover capacitação, empoderamento e a alto estima das rendeiras. É o caso do projeto de extensão *Redes, Vozes e Rendas*<sup>8</sup>, e o grupo de pesquisa “Comunicação, Memória e Cultura Popular”<sup>9</sup>, que tem a parceria do Núcleo de Arte e Cultura “Zabé da Loca”, localizado no Campus VI da UEPB, na cidade de Monteiro, na Paraíba. O que nos faz considerar que,

Isso implica também a constituição de uma dimensão pública da sociedade, em que os direitos possam consolidar-se como parâmetros públicos para a interlocução, o debate e a negociação de conflitos, tornando possível a reconfiguração de uma dimensão ética da vida social. (DAGNINO, 2004, p. 105)

---

<sup>7</sup> Assim, o ator é considerado um agente coletivo, que age a partir de processos de interação com outros, e o que define sua condição de ator é sua capacidade de agência. O ator se estabelece como um ente coletivo e o que define sua agência é sua “condição de agente”, entendida como a capacidade de saber e de agir. (GONZALEZ, 2014, p. 7)

<sup>8</sup> Disponível em: [https://issuu.com/imprensauepb/docs/redes\\_\\_vozes\\_e\\_rendas/3?e=26035876/39202284](https://issuu.com/imprensauepb/docs/redes__vozes_e_rendas/3?e=26035876/39202284) Acesso em: 25 jul. 2017.

<sup>9</sup> Disponível em: <http://rendeirasdemonteiro.weebly.com>. Acesso em: 25 jul. 2017.

Acreditando na possibilidade de uma reconfiguração de uma dimensão ética da vida social, como foi citado acima, compreendemos que o projeto *Redes, Vozes e Rendas*, apresenta como uma de suas metas de conquista, a cidadania, ou seja, a inserção dos indivíduos no campo social a partir de seus lugares de atuação e representação, no direito do indivíduo que atua e transforma seu espaço, sua história. Todavia, acreditamos na conquista desta, inserida no terreno da política, ou seja, do embate social, democrático, não no terreno do Estado como prega o neoliberalismo. Mesmo concordando com a autora acima quando fala da existência de uma confluência perversa entre um projeto político democratizante, participativo, e o projeto neoliberal, de Estado mínimo que marcaria hoje o cenário da luta pelo aprofundamento de democracia na sociedade brasileira (DAGNINO, 2004, p. 95). No entanto, a autora também acredita que,

O reconhecimento dos dilemas colocados por essa confluência perversa impõe, do meu ponto de vista, inflexões necessárias no modo como temos analisado o processo de construção democrática no Brasil, as relações entre Estado e sociedade civil e a problemática da constituição de espaços públicos e sua dinâmica de funcionamento. Na verdade, o que essa confluência perversa veio ressaltar é uma dimensão frequentemente esquecida: a imensa complexidade desse processo, que resiste a análises simplistas e unidimensionais (DAGNINO, 2004, p. 97).

Ou seja, ao resistir a análises simplistas e unidimensionais, e perceber a Renda Renasença a partir de sua História, que se realiza através de mulheres Caririzeiras e o seu ofício da arte da Renasença em espaço e tempo diferentes, com contextos característicos de cada momento, em suas dificuldades e conquistas, conflitos e também parcerias. Semelhante a um labirinto de ramificações e organizações estatais, como bem coloca Migdal (1994). É que enxergamos a partir da existência e proposta de trabalho do projeto *Redes, Vozes e Rendas*, assim como outro que venha a contemplar essas prioridades anteriormente expostas; uma possibilidade de otimismo, onde,

Apontando também para a superação do conceito liberal de cidadania, um outro elemento dessa visão ampliada é que a cidadania não está mais confinada dentro dos limites das relações com o Estado, ou entre Estado e indivíduo, mas deve ser estabelecida no interior da própria sociedade, como parâmetro das relações sociais que nela se travam (DAGNINO, 2004, p.105).

Destacando justamente a importância dessa cidadania que é estabelecida no interior da própria sociedade, como destacou Evelina Dagnino, Coriolano nos traz relevante contribuição ao afirmar que,

A educação e o conhecimento são pilares do desenvolvimento que conformam a transformação produtiva com equidade e respeito aos direitos humanos na sociedade, valorizam diversidades culturais para outra concepção de desenvolvimento, quando populações organizadas se descobrem e passam a ser protagonistas do processo de mudança. (CORIOLANO, 2015, p. 153)

E com esse clima de otimismo, onde a cidadania pode ser estabelecida no interior da própria sociedade, perceber que esta se constrói com o crescimento individual, mas também o coletivo, no campo social, na região; um desenvolvimento regional. Dessa forma,

Estudos sobre o desenvolvimento em uma concepção weberiana buscam primeiramente compreender a ação social, os atores, o poder e o conhecimento envolvido na agência humana. O desenvolvimento seria um processo de distintas interpretações em que poderiam se verificar verdadeiras, ou não, por meio da análise na dimensão individual dos atores envolvidos nos processos (GONZALEZ, 2014, p. 106-107).

A arte da renda Renascença, apesar de muitas conquistas, ainda apresenta obstáculos a serem superados. Neste sentido, é cada vez mais importante, para entender as razões de tais desafios, investigar a complexidade presente nas políticas públicas, as articulações entre os referenciais e mediadores setoriais, os atores estatais e os capitalistas presentes. Em função disto, considera-se que as instabilidades política e econômica, pelas quais o Brasil passa, têm reflexo direto em outros setores, como o social e o cultural. Razão pela qual acredita-se que há sempre algo novo a ser enxergado e indagado.

## **REFERÊNCIAS**

BAUMAN, Zygmunt. **Capitalismo parasitário: e outros temas contemporâneos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2010.

BOURDIEU, Pierre. **Sobre o Estado**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, 5 de outubro de 1988.

BRESSER PEREIRA, Luís Carlos. Nação, Estado e Estado-Nação. Disponível em: <http://www.bresserpereira.org.br/papers/2008/08.21.Na%C3%A7%C3%A3o.Estado.Estado-Na%C3%A7%C3%A3o-Mar%C3%A7o18.pdf>. Acesso em: 12 set. 2017.

CORIOLANO, L. N. Desenvolvimento na escala humana e economia solidária: indícios de mudanças no turismo e na sociedade. In: BRASILIERO, M. D.; MEDINA, J. C.

**Desenvolvimento Territorial, Cultural e Turismo.** Campina Grande: EDUEPB, 2015, p. 151-180.

DAGNINO, Evelina. Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando? In: MATO, Daniel (coord.). **Políticas de cidadania y sociedad civil en tiempos de globalización.** Caracas: FACES/Universidad Central de Venezuela, p.95-110, 2004.

FECHINE, Ingrid Farias. A construção cultural e identitária das rendeiras da Associação dos Artesãos de Monteiro (ASSOAM): entre o amor e a sobrevivência pela renda renascença. **V Colóquio Internacional Paulo Freire.** Recife, 2005, p.1-13.

FECHINE, Ingrid. Escritura da Renda Renascença: memória de rendeiras, brasão do saber-fazer. In: FECHINE, I; ASSIS, C. Lobão; NASCIMENTO, Robéria. **Tecendo fios de saberes convergentes: escrita, educação e memória.** Campina Grande: EDUEPB, 2013, p. 105-139.

FERREIRA, Rafael de Farias. Tecendo as Tramas Históricas do Passado e do Presente das Mulheres rendeiras do Cariri Paraibano. **XII Colóquio Nacional Representações de Gênero e de Sexualidades.** Campina Grande, 2016, p.1-12.

FUNDO Internacional de Desenvolvimento Agrícola, Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura, Agência Espanhola de Cooperação Internacional. **Pontos e histórias: Renda Renascença e Mulheres Rendeiras.** Salvador, Bahia: IICA, 2017.

GONZÁLEZ, Shirley Rodríguez. A Perspectiva Orientada ao Ator em estudos sobre Desenvolvimento Rural: perspectiva orientada al actor en los estudios sobre el desarrollo rural. In: PEREIRA, Viviane Camejo; SOLGIO, Fábio Kessler Dal. **Revista Perspectivas Rurales,** Nueva época, Universidad Nacional UNA, Costa Rica, v. 13, n.25, p.101-121, 2014.

LARAIA, R. **Cultura um conceito antropológico.** Rio de Janeiro: Zahar, 1986.

MARQUES, Eduardo Cesar. Notas críticas a Literatura sobre o Estado, Políticas Estatais e atores Políticos. In: **BIB,** Rio de Janeiro, n. 43, p.67-102, 1997.

MULLER, Pierre. **A análise das políticas públicas.** Pierre Muller e Yves Surel. Pelotas: EDUCAT, 2004.

NÓBREGA, Christus. **Renda Renascença: uma memória de ofício paraibana.** João Pessoa: SEBRAE/PB, 2005.

SINGLY, François de. **Les uns avec les autres. Quand l'individualisme crée du lien.** Paris, p. 108, 2003.

WEBER, Max. A objetividade do conhecimento nas Ciências Sociais. In: COHN, G. (org).  
**WEBER/Sociologia**. São Paulo: Editora Ática, p.13-107, 1982.